

Sumário

Introdução, 1

1 Da Análise Valorativa: sobre o Problema do Valor e da Valoração em Geral, 5

- 1 Síntese da evolução histórico-científica do processo, 8
 - 1.1 Período primitivo, 8
 - 1.2 Escola judicialista, 8
 - 1.3 Escola praticista, 9
 - 1.4 Escola procedimentalista, 9
 - 1.4.1 Período das teorias particulares, 10
 - 1.5 Período processualista, 10
- 2 Os sistemas de valoração das provas, 17
- 3 A tarefa das partes e a produção das provas, 20
- 4 Juiz e obtenção de provas, 21
- 5 Fase pré-processual: valoração dos indícios, 23
 - 5.1 As evidências, 23
 - 5.1.1 A prova indiciária, 23
 - 5.1.2 A análise estrutural dos indícios, 26
 - 5.2 Formas de admissão de proposição probatória, 32
 - 5.2.1 Inferência pela lógica científica, 32
 - 5.2.2 Inferência pela lógica científica de individualização, 33
 - 5.2.3 Inferência pela observação do comportamento humano, 33
 - 5.2.4 Inferência pela aplicação da “*máxima de experiência*”, 34
 - 5.3 A prova indiciária e o seu poder de convencimento do juiz, 35
 - 5.4 A prova indiciária e o princípio da presunção de inocência, 40

- 5.5 A valoração de laudos periciais elaborados por órgãos não oficiais, 43
- 5.6 Importância das provas (indícios) obtidas através de medidas cautelares reais, 44
- 5.7 A prisão do suspeito como “instrumento de prova”. Coação moral – utilização da delação premiada – impedimento de que “esconda/apague” indícios. Permissividade?, 45
- 5.8 O instituto do *habeas corpus*. Remédio heroico ou “curinga processual”?, 49
- 5.9 Sobre os cuidados essenciais com as nulidades dessas provas (indícios) – Verificação das garantias e direitos individuais – constitucionais do investigado, 51
- 5.10 Contraditório: presença do promotor e da defesa no interrogatório e depoimentos das testemunhas, 52
- 6 Questionamentos da atividade probatória, 52
 - 6.1 Testemunhos, 52
 - 6.1.1 Testemunho no distrito policial, somente à autoridade policial, 52
 - 6.1.2 Testemunho no distrito policial, à autoridade policial, com a presença do promotor e/ou de advogado, 53
 - 6.1.3 Testemunho ao promotor, no seu gabinete, 53
 - 6.1.4 Testemunho ao promotor, no seu gabinete, com a presença de advogado, 54
 - 6.1.5 Testemunho ao juiz, em produção antecipada de provas, 54
 - 6.1.6 Testemunho ao juiz com presença obrigatória das partes, 54
 - 6.2 A contraposição entre a necessidade de aplicação rigorosa da lei no combate à criminalidade, especialmente organizada, e o abuso da interferência nos direitos e garantias individuais constitucionais, 55
 - 6.3 O controle da atividade policial na coleta das evidências, 60
 - 6.4 Os fatos notórios/públicos como elementos de prova. Sua utilização pelas partes, 66
 - 6.4.1 Máxima de experiência, 66
 - 6.4.2 Fatos Notórios, 67
 - 6.5 Valoração dos chamados conraindícios, 68
 - 6.6 As questões da prova sobre a prova como controle de confiabilidade no processo penal, 71
 - 6.7 A confiabilidade da prova oral. Exploração das questões, 74
- 2 **Idoneidade das Provas: Natureza e Produção, 77**
 - 1 Momento, 77
 - 1.1 Fase pré-processual, 78
 - 1.2 Fase processual, 79
 - 2 Sujeito, 79
 - 2.1 Órgão administrativo (polícia etc.), 80
 - 2.2 Partes, 80
 - 2.3 Juiz, 81
 - 3 Forma, 81

- 3.1 Testemunhal, 81
 - 3.2 Documental, 84
 - 3.3 Material, 84
 - 4 Conteúdo: provas diretas e provas indiretas, 87
 - 5 Juízo de Admissão, 89
 - 5.1 Momento processual, 90
 - 5.2 Aporte da prova aos autos, 90
 - 6 Análise da origem da prova, 91
 - 6.1 Forma, 91
 - 6.2 Sujeito que a produziu, 92
 - 7 Exercício do contraditório, 92
 - 7.1 Investigação pré-processual, 92
 - 7.2 Processo criminal, 93
 - 8 Decisão, 93
 - 8.1 Admissibilidade, 94
 - 8.2 Inadmissibilidade, 94
 - 8.2.1 Validação, 95
 - 8.2.2 Nula produzida por meio ilícito, 95
 - 8.2.3 Vício de forma, 95
 - 8.2.4 Vício de origem, 96
 - 8.3 Supérflua ou irrelevante, 97
 - 8.3.1 Preclusa, 97
 - 8.3.2 Validação, 97
 - 8.3.3 Invalidada, 98
 - 9 Provas admissíveis, 98
 - 9.1 Nominadas, 98
 - 9.2 Inominadas, 98
 - 10 Provas em tese inadmissíveis, porque produzidas por meio ilícito, mas admissíveis quando confrontadas com o princípio da proporcionalidade, 99
 - 11 Juízo de valoração, 99
 - 11.1 Provas livres (de livre convencimento), 101
 - 11.2 Provas legais, 103
 - 11.2.1 Representativas, 103
 - 11.2.2 Críticas, 104
 - 11.2.3 Sequência lógica da análise valorativa, 106
 - 12 Conclusão, 107
 - 12.1 Dúvida, 107
 - 12.1.1 Provável, 108
 - 12.1.2 Crível, 108
 - 12.2 Certeza (convencimento-convicção), Princípio do Sistemático Convencimento, 110
- 3 Análise Estrutural das Várias Provas, 114**
- 1 Interrogatório do acusado, 114

- 3.1 Testemunhal, 81
 - 3.2 Documental, 84
 - 3.3 Material, 84
 - 4 Conteúdo: provas diretas e provas indiretas, 87
 - 5 Juízo de Admissão, 89
 - 5.1 Momento processual, 90
 - 5.2 Aporte da prova aos autos, 90
 - 6 Análise da origem da prova, 91
 - 6.1 Forma, 91
 - 6.2 Sujeito que a produziu, 92
 - 7 Exercício do contraditório, 92
 - 7.1 Investigação pré-processual, 92
 - 7.2 Processo criminal, 93
 - 8 Decisão, 93
 - 8.1 Admissibilidade, 94
 - 8.2 Inadmissibilidade, 94
 - 8.2.1 Validada, 95
 - 8.2.2 Nula produzida por meio ilícito, 95
 - 8.2.3 Vício de forma, 95
 - 8.2.4 Vício de origem, 96
 - 8.3 Supérflua ou irrelevante, 97
 - 8.3.1 Preclusa, 97
 - 8.3.2 Validada, 97
 - 8.3.3 Invalidada, 98
 - 9 Provas admissíveis, 98
 - 9.1 Nominadas, 98
 - 9.2 Inominadas, 98
 - 10 Provas em tese inadmissíveis, porque produzidas por meio ilícito, mas admissíveis quando confrontadas com o princípio da proporcionalidade, 99
 - 11 Juízo de valoração, 99
 - 11.1 Provas livres (de livre convencimento), 101
 - 11.2 Provas legais, 103
 - 11.2.1 Representativas, 103
 - 11.2.2 Críticas, 104
 - 11.2.3 Sequência lógica da análise valorativa, 106
 - 12 Conclusão, 107
 - 12.1 Dúvida, 107
 - 12.1.1 Provável, 108
 - 12.1.2 Crível, 108
 - 12.2 Certeza (convencimento-convicção), Princípio do Sistemático Convencimento, 110
- 3 Análise Estrutural das Várias Provas, 114**
- 1 Interrogatório do acusado, 114

- 1.1 Confissão, 114
- 1.2 Confissão parcial, 115
- 1.3 Confissão e posterior retratação, 116
- 1.4 Incriminação do corréu, 116
- 2 Versão diversa do corréu, 116
- 3 Documentos apreendidos – em poder do acusado/pessoa próxima, 118
 - 3.1 Sequestro e confisco de bens no sistema processual penal alemão, 118
 - 3.2 Busca e apreensão no Brasil, 120
- 4 Documentos originais/cópias autenticadas/cópias simples, 121
- 5 Documentos apresentados pela defesa, 122
- 6 Versões comprovadamente mentirosas do réu – conraindício, 123
- 7 Provas periciais, 125
- 8 Provas específicas, 127
 - 8.1 Documentos, 127
 - 8.1.1 Grafotécnico, 127
 - 8.1.2 Análises químicas/comparação de tintas, papéis, 128
 - 8.1.3 Material orgânico, sangue, DNA, sêmen, saliva, 130
 - 8.1.4 Drogas, 131
 - 8.1.5 Laudos de locais e armas, 131
 - 8.1.6 Laudos técnicos de peritos não oficiais apresentados pelas partes, 132
 - 8.1.7 Testemunhas diretas, 134
 - 8.1.8 Testemunhas indiretas, 135
 - 8.1.9 Parentes/amigos – informantes, 136
 - 8.10 Obtenção de prova decorrente da delação premiada, 136
 - 8.1.11 Obtenção de prova decorrente do testemunho do agente infiltrado, 139
 - 8.1.12 Interceptações de comunicações, 140
 - 8.1.13 Telefônica/rádio, 140
 - 8.1.14 Ambiental, 142
 - 8.1.15 *E-mails* (msg etc.), 142
 - 8.1.16 Gravações clandestinas, 143
 - 8.1.17 Dados fiscais/bancários/telefônicos, 143
- 9 Provas ilícitas – produzidas por meios ilícitos, 145
 - 9.1 A Exclusionary rule do Sistema Norte-Americano, 145
 - 9.1.1 A formação da teoria, 145
 - 9.1.2 A teoria do fruto da árvore contaminada, 147
 - 9.2 A Beweisverbote do sistema alemão, 148

Bibliografia, 153